

Editorial

Este número da Revista Katálysis inaugura um novo tempo – o ano 2000, tempo esperado, festejado para alguns e ameaçador para outros. Os riscos às conquistas do século XX continuam, e sintomas de arrefecimento das candentes questões sociais não são vislumbrados.

Observam-se, no plano discursivo dos bancos bilaterais, nas agências de fomento ao desenvolvimento, na elite política brasileira de todos os matizes ideológicos, a preocupação com o aumento desmedido da pobreza e o reconhecimento de que as receitas derivadas do Consenso de Washington foram excessivas. Entretanto, medidas mais efetivas para alterar o padrão de desenvolvimento econômico não vêm sendo adotadas. Pelo contrário. Na área da saúde potencializam-se as restrições e os cortes orçamentários. As propostas implementadas e financiadas, a exemplo do Programa Rede de Proteção Social, sinalizam para a continuidade da tendência de focalização da pobreza e de grupos de risco. Esta diretriz política vai paulatinamente se afastando dos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, especialmente da busca da universalidade nas ações e serviços de saúde. No documento do Banco Mundial, denominado Estratégia de Assistência ao País 1998-2000 (Country Assistance Strategy – CAS), a proposição é focar cuidados obstétricos e perinatal, controlar doenças transmissíveis (tradicionais e emergentes), reabilitar a infra-estrutura existente, estabelecer mecanismos de garantia de qualidade e melhorar a administração e o financiamento do atendimento à saúde. Entre os instrumentos para implementar tais proposições está a indicação de empréstimos para a reforma do setor, para o controle de doenças endêmicas e para o segundo REFORSUS. Estes aspectos incidem diretamente nas ações desenvolvidas pelos profissionais da saúde e os artigos apresentados neste número da Revista Katálysis estão, direta ou indiretamente, relacionados a tais questões.

Apresentamos, para reflexão dos leitores, temas que transitam da esfera política à ação interdisciplinar na saúde, passando pelo controle social – principais sujeitos e mecanismos decisórios, avaliação de programas específicos, como o Programa de Saúde da Família, questões relativas aos Hospitais Universitários e a precária situação sanitária da população indígena catarinense. Não fazemos um comentário sobre cada artigo, como é de praxe, pois eles se impõem pela própria relevância e lucidez.

Aos autores, agradecimentos pela colaboração, aos leitores, votos de uma leitura prazerosa e profícua.
